



físico, no período de 17 a 22 de novembro de 2020, no âmbito da Comarca de Horizonte.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 16 de novembro de 2020.

**Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo**  
**Presidente do Tribunal de Justiça**

**PORTARIA N° 1543/2020**

Institui a equipe de trabalho que atuará no NUDEPE - Núcleo de Depoimento Especial, criado pela Resolução do Órgão Especial nº 06/2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, inciso IX, da Lei Estadual nº 16.208, de 3 de abril de 2017, e o art. 20, inciso IX, do Regimento do Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO a indicação constante no processo de nº 8517698-80.2020.8.06.0000, formulada pela Desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes, Coordenadora da CIJ- Coordenadoria da Infância e Juventude, de nomes para composição da equipe de trabalho que atuará no NUDEPE - Núcleo de Depoimento Especial;

CONSIDERANDO a informação de que, no procedimento de nº 8516796-30.2020.8.06.0000, o Corregedor Geral de Justiça autorizou a mudança de lotação de uma das servidoras indicadas, atualmente inscrita na Coordenadoria de Organização e Controle das Unidades Extrajudiciais, para atuar no Núcleo de Depoimento Especial (NUDEPE).

RESOLVE:

Art. 1º Designar para compor a equipe de trabalho atuante junto ao NUDEPE - Núcleo de Depoimento Especial, criado pela Resolução do Órgão Especial nº 06/2020, as seguintes servidoras:

I – Iana Martins Araújo, Auxiliar Judiciária, matrícula 200309, lotada na Coordenadoria da Infância e Juventude, na condição Secretaria Executiva da equipe, na qual atuará com prejuízo de funções;

II – Ioneide Monteiro de Carvalho, Analista Judiciária, matrícula 1900, lotada na Coordenadoria de Organização e Controle das Unidades Judicárias – COCEX, que atuará na equipe com prejuízo de funções;

III – Ana Celina Nunes França, Analista Judiciária/Pedagoga, matrícula 9653, lotada na Coordenadoria da Infância e Juventude, que atuará na equipe sem prejuízo de funções;

IV – Maria de Fátima Bastos Leitão Martins, Assessora Jurídica da Consultoria Jurídica da Presidência, Matrícula 815, lotada no Gabinete da Presidência, que atuará na equipe sem prejuízo de suas funções.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 16 de novembro de 2020.

**Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA N° 1550 /2020**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO a disciplina do art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8500048-37.2020.8.06.0156,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar FERNANDA NUNES OMENA, matrícula nº 43629, do cargo em comissão de Direção e Assessoria Estratégica de Assistente, símbolo DAE-6, da Vara Única da Comarca de Redenção, Unidade de Entrância Inicial, e nomear VITOR MORAIS DA SILVA FURTADO para o referido cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 13 de novembro de 2020.

**Desembargador Washington Luis Bezerra de Araújo**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará**

**PORTARIA N° 1553 /2020**

Dispõe sobre exoneração e nomeação de cargo de provimento em comissão.